

Relatório de gestão

Em cumprimento do determinado no nº 2 do ponto 2 das Considerações Técnicas do Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), elaborou-se o presente Relatório de Gestão respeitante ao ano financeiro de 2010 constituindo assim um dos documentos de prestação de contas.

O presente relatório apresenta de uma forma breve uma síntese do que foi o ano de 2010, fazendo nalguns casos uma comparação com o ano de 2009.

Este por sua vez, encontra-se dividido por partes fazendo observações quer à política orçamental seguida, quer à situação económica e financeira, passando pela dívida, indicadores de gestão e proposta para aplicação de resultados.

Assim, temos:

1 - Quadro evolutivo da política orçamental desenvolvida.

O Município fez algumas alterações orçamentais ao longo do ano como forma de ajustar algumas rubricas à evolução da despesa ao longo do ano, não tendo procedido a alterações orçamentais na receita.

Esta ultima, evoluiu de forma gradual ao longo do ano tendo sido obtido um grau de execução na ordem dos 58%.

Para aquele grau, em termos de execução, contribuíram essencialmente os capítulos:

Rubricas	2010	2009	2008	%
01 – Impostos directos	118,40	111,39	92,32	
02 – Impostos indirectos	101,06	74,33	48,80	
04 – Taxas, multas e outras penalidades	65,89	52,11	49,77	
06 – Transferencias correntes	77,67	83,38	87,77	
10 – Transferencias de capital	38,73	48,03	52,78	

Quanto ao peso de cada um dos capítulos no total da receita, temos o quadro seguinte que evidencia aquela situação, notando que estes representam cerca de 86% da receita cobrada:

Rubricas	% 2010
01 – Impostos directos	4,32
02 – Impostos indirectos	0,19
04 – Taxas, multas e outras penalidades	0,30
06 – Transferências correntes	50,34
10 – Transferências de capital	30,87

Refira-se, que merece ainda especial destaque uma análise das transferências e subsídios obtidos, uma vez que representam 80% do total da receita, de forma a mostrar quer a importância destes, quer a sua origem:

Rubricas	2010	2009	2008
Transferências do orçamento do Estado	7.095.909,13	7.027.244,00	6.741.224,00
Outros	179.942,20	162.842,23	115.969,20
Exterior (Fundos comunitários)	58.737,30	759.845,28	754.730,32

Quanto à despesa, foi obtido um grau de execução orçamental na ordem dos 58%, que se pode comprovar no mapa de *execução orçamental da despesa*.

Numa análise, por natureza económica, podemos concluir que os capítulos que contribuíram para aquela execução, representando cerca de 75% da despesa total, foram essencialmente os seguintes:

01 – Despesas com pessoal
02 – Aquisição de bens e serviços
07 – Aquisição de bens de capital
08 – Transferências de capital

No que respeita às *Grandes Opções do Plano* e fazendo uma análise dos investimentos executados por objectivo e programas, verifica-se que a maior percentagem de investimento vai para os objectivos *Económico e Outras* que absorvem cerca de 32% e 45% respectivamente, do total do investimento.

Quanto aos programas que mais se destacam em termos de investimento constam do quadro seguinte:

Rubricas	2010	2009	2008
252 – Desporto, Recreio e Lazer	14,24	5,56	15,10
330 – Transportes e comunicações	21,31	28,81	24,68
420 – Transferências entre administrações	15,31	24,29	18,86
430 – Diversas não especificadas	17,30	13,79	4,71

Da observação do quadro supra denota-se uma preocupação por determinados sectores estratégicos onde o Município mais tem investido.

2 - Quadro evolutivo da situação económica e financeira

- Análise do Balanço

O Balanço apresenta uma estrutura equilibrada, reflectindo em 31 de Dezembro de 2010, a situação geral do Município em termos económicos e financeiros.

O Património, tal como foi referido nas notas ao Balanço, não se encontra ainda naquele mapa na sua totalidade uma vez que existem bens por inventariar. Por outro lado, também se encontram em fase de conclusão parte das imobilizações em curso, pelo que em breve constarão das imobilizações corpóreas, apesar de que no ano que terminou se terem concluído algumas procedendo-se à sua entrada em funcionamento.

Nos pontos seguintes apresentar-se-ão alguns rácios para uma observação de algumas rubricas do Balanço, fazendo-se uma comparação com o ano de 2009.

- Demonstração de resultados

No ano de 2010 o resultado líquido é positivo, apesar da variação de algumas rubricas de custos e proveitos, nomeadamente um aumento nas contas 61 e 66 no que respeita aos custos, mas também aumentos nas contas 72, 74 e 79 no que respeita aos proveitos.

No entanto, e tal como referido no anexo às demonstrações financeiras na nota 8.2.2, existem facturas e notas de débito que não se encontram registados por discordância dos valores apresentados.

Assim, o resultado líquido aparece influenciado pelo não registo daqueles custos no ano a que pertencem.

3 - Evolução da dívida do Município

No que respeita a este ponto, pode afirmar-se que a estrutura da dívida aumentou dado que foi celebrado um novo contrato de empréstimo, no valor de 4.600.00,00 €, que apesar de estar

depositado nas contas do Município, ainda não foi utilizado, com exceção do montante de 60.704,29 €, ainda utilizado em 2010

	€		
	2008	2009	2010
Capital em dívida	2.822.444	2.967.571	7.283.653

4 - Indicadores de gestão

O cálculo de alguns indicadores de gestão é um aspecto importante, uma vez que aqueles fornecem informação que permite fazer um acompanhamento da administração financeira tanto no domínio orçamental, como económico, financeiro e patrimonial.

Assim, temos:

- Indicadores de natureza orçamental

	%	
Descrição	2010	2009
Cobertura das despesas pela receita	0,996	0,999
Peso das despesas correntes nas receitas correntes	1,129	1,034
Peso das despesas de capital nas receitas de capital	0,765	0,967
Peso da despesa total na receita total	1,004	1,001

Da análise dos indicadores supra conclui-se que as receitas não cobrem o total das despesas.

Por outro lado, as despesas de capital são inferiores às receitas de capital, o que evidencia que houve aplicação de receita de capital em despesa corrente.

De forma geral verifica-se uma deterioração dos indicadores face a 2009.

- Indicadores de natureza financeira

	%	
Descrição	2010	2009
Liquidez geral	0,47	0,45
Liquidez reduzida	0,46	0,45
Liquidez imediata	0,16	0,15
Solvabilidade	1,15	1,46

Analisando os rácios calculados, podemos concluir que a liquidez reduzida não teve grande variação face a 2009.

A liquidez imediata, ou seja, a aptidão ou capacidade da entidade para fazer face aos seus compromissos a curto prazo, também se manteve praticamente ao mesmo nível de 2009.

No que respeita à liquidez geral, o facto de ser menor que 1 significa que o Fundo de Maneio é menor que zero ou insuficiente, quer isto dizer que os capitais circulantes (disponibilidades, dividas de terceiros e existências) não cobrem o exigível de curto prazo (dividas a terceiros).

Refira-se ainda que este rácio deveria oscilar entre 1,3 e 2 para que estivéssemos perante valores aceitáveis.

No que respeita aos restantes indicadores de liquidez, reduzida e imediata são igualmente baixos o que indica, à semelhança do primeiro, uma fraca capacidade de fazer face a compromissos de curto prazo.

Por último e no que concerne à solvabilidade encontra-se dentro de parâmetros aceitáveis, o que significa que a entidade tem capacidade para que no longo prazo faça face aos seus compromissos sem qualquer problema, atendendo ao valor encontrado, uma vez que este rácio deverá rondar os 0,5.

5 - Proposta de aplicação de resultados

Na aplicação do resultado líquido do exercício deverá ter-se em conta o disposto no ponto 2.7.3.4 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (decreto-lei 54-A/99 de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela lei 162/99 de 14 e Setembro, decreto-lei 315/2000 de 2 de Dezembro e decreto-lei 84-A/2002 de 5 de Abril), que menciona a obrigatoriedade do reforço do património até que o seu valor contabilístico corresponda a 20% do activo líquido.

Por outro lado, e tendo em conta que está satisfeito aquele requisito, propõe-se que o resultado líquido do exercício seja aplicado na constituição das reservas legais obrigatórias e o restante como reforço do património.

Figueira de Castelo Rodrigo, 28 de Março de 2011

O Presidente da Câmara

(António Edmundo Freire Ribeiro)